



COMPLEXIDADE NARRATIVA E DEPENDÊNCIA EM GRANDE SERTÃO: VEREDAS DE GUIMARÃES ROSA E PEDRO PÁRAMO DE JUAN RULFO

*COMPLEXIDAD NARRATIVA Y DEPENDENCIA EN GRANDE SERTÃO:
VEREDAS DE GUIMARÃES ROSA Y PEDRO PÁRAMO DE JUAN RULFO*

*NARRATIVE COMPLEXITY AND DEPENDENCY IN GRANDE SERTÃO:
VEREDAS BY GUIMARÃES ROSA AND PEDRO PÁRAMO BY JUAN RULFO*

Gabriel dos Santos Lima¹ 
Universidade de São Paulo, Brasil

Resumo: O presente artigo tem por objetivo realizar uma análise comparativa dos romances *Pedro Páramo* de Juan Rulfo e *Grande Sertão: Veredas* de Guimarães Rosa à luz dos problemas da dependência e do subdesenvolvimento. Buscaremos, portanto, discutir aspectos das representações miméticas nos romances, associando-as a enfoques socioeconômicos da realidade latino-americana, também vinculados aos respectivos processos históricos vividos por México e Brasil ao longo do século XX. Desse modo, argumentaremos que a linguagem lacônica de Rulfo e sua prosa concisa e melancólica se ligam a uma frustração de expectativas em relação à Revolução Mexicana. Já no caso de Rosa, discutiremos como determinados personagens seus, bem como certo tom profético assumido por seu narrador, configuram uma inserção no debate sobre o desenvolvimentismo brasileiro. Nesse sentido, argumentaremos que as formas de ambas as obras, guardadas as devidas especificidades, se ligam à tentativa de apreender esteticamente universos socialmente convulsionados, cujos aspectos problemáticos permanecem atuais.

Palavras-chave: Guimarães Rosa; Juan Rulfo; Dependência; Romance Latino-americano; Modernismo

¹ Mestre e Doutorando em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo, com estágio de doutorado-sanduiche na Yale University. Email: gabriel.cordeiro.lima@usp.br.

O presente artigo é resultado de pesquisa de doutorado em andamento, realizada no Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da Universidade de São Paulo sob orientação do Professor Jorge Mattos Brito de Almeida.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo realizar un análisis comparativo de las novelas *Pedro Páramo* de Juan Rulfo y *Grande Sertão: Veredas* de Guimarães Rosa a la luz de los problemas de la dependencia y el subdesarrollo. Buscaremos, por lo tanto, discutir aspectos de las representaciones miméticas en las novelas, asociándolos a perspectivas socioeconómicas de la realidad latinoamericana, vinculadas también a los respectivos procesos históricos vividos por México y Brasil a lo largo del siglo XX. De esta manera, se argumenta que el lenguaje lacónico de Rulfo y su prosa concisa y melancólica están vinculados a una frustración de expectativas con respecto a la Revolución Mexicana. En el caso de Rosa, discutiremos cómo algunos de sus personajes, así como cierto tono profético asumido por su narrador, configuran una inserción en el debate sobre el desarrollismo brasileño. En este sentido, argumentamos que las formas de ambas obras, con el debido respeto a las especificidades, están vinculadas al intento de aprehender estéticamente universos socialmente convulsionados, cuyos aspectos problemáticos siguen siendo actuales.

Palabras-clave: Guimarães Rosa; Juan Rulfo; Dependencia; Novela latinoamericana; Modernismo

Abstract: This article aims to carry out a comparative analysis of the novels *Pedro Páramo* by Juan Rulfo and *Grande Sertão: Veredas* by Guimarães Rosa in the light of the problems of dependency and underdevelopment. We will therefore seek to discuss aspects of mimetic representations in the novels, associating them with socioeconomic aspects of Latin American reality, also linked to the respective historical processes experienced by Mexico and Brazil throughout the 20th century. In this way, it will be argued that Rulfo's laconic language and his concise and melancholy prose are linked to a frustration of expectations regarding the Mexican Revolution. In Rosa's case, we will discuss how certain aspects of his characters, as well as a certain prophetic tone assumed by his narrator, configure an insertion in the debate about Brazilian developmentalism. In this sense, we will argue that the forms of both works, considering their specificities, are linked to the attempt to aesthetically apprehend socially convulsed universes, which problematic aspects remain current.

Key-Words: Guimarães Rosa; Juan Rulfo; Dependency; Latina-American Novel; Modernism

DOI: [10.11606/issn.1676-6288.prolam.2021.170823](https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2021.170823)

Recebido em: 08/05/2020

Aprovado em: 28/06/2021

Publicado em: 01/07/2021

1. Introdução

Além da proximidade das datas de publicação, é bastante evidente a similitude temática entre *Grande Sertão: Veredas* e *Pedro Páramo*: ambos tratam da vida de proprietários rurais – no primeiro caso, o ex-jagunço Riobaldo; no segundo, o terratenente cujo nome batiza o livro. É até possível apontar certa correspondência na trajetória dos personagens: o protagonista de Guimarães Rosa nasce filho da pobre mulher Bigrú, é apadrinhado pelo fazendeiro Selorico Mendes, vaga pelo interior brasileiro junto a bandos armados, participa de batalhas e termina herdando dois ranchos do padrinho. Já o homônimo do romance de Rulfo nasce filho do fazendeiro Lucas Páramo, recebe as terras do mesmo e angaria outras através de falcatruas mil, até possuir todo o município de Comala. Da orfandade ao pleno estabelecimento, ambas histórias giram em torno de tipos sociais representativos dos grotões latino-americanos.

Mas nem só de proximidades se sustenta a comparação. Se bem abordam o assunto regional, *Grande Sertão: Veredas* e *Pedro Páramo* se diferenciam estruturalmente em aspectos variados, chegando mesmo a se opor em alguns deles. Aqui, o primeiro fator a observar é, evidentemente, a linguagem: como se sabe, a obra de Rosa é plena em experimentos linguísticos, esbanjando neologismos e malabarismos de sintaxe em longos períodos nos quais busca mimetizar a prosódia sertaneja. Logo de início, seu narrador nos surpreende com um vocábulo inventado: “*Nonada*” (1994, p. 3). Nesse sentido, sua expressão é exuberante e flui caudalosamente como o Rio São Francisco que atravessa as Minas Gerais².

² Diria Davi Arriguicci, em seu estudo sobre o *Grande Sertão* (...): “O fato é que encontramos, na base da linguagem, o falar regional do Norte de Minas, certamente muito estilizado, de combinação com latinismos; arcaísmos tomados ao português medieval — “esse magnífico idioma já quase esquecido: o antigo português dos sábios e poetas daquela época dos escolásticos da Idade Média, tal como se falava, por exemplo, em Coimbra”; indianismos; neologismos; termos aproveitados e adaptados de múltiplos idiomas (do inglês, do alemão, do francês, do árabe etc.); vocábulos cultos e raros, bebidos nos clássicos portugueses; elementos da linguagem das ciências, e sabe-se lá de que fontes mais. Enfim, as virtualidades da língua atualizadas e manipuladas na direção de uma mescla única, difícil de definir e de entender num primeiro momento, que estranha e surpreende e vai, entretanto, se apoderando do leitor, à medida que se entrega ao fluxo rítmico da

Já a obra de Rulfo, ao contrário, fala de maneira concisa e sóbria, quase pragmática. Seu estilo é seco, como o deserto de Jalisco. Daí que, no princípio, o narrador Juan Preciado, filho do protagonista que dá nome à obra, nos diga: “*Vine a Comala porque me dijeron que acá vivía mi padre, un tal Pedro Páramo. Mi madre me lo dijo*” (1991, p. 7): um encadeamento sintático padrão, tão inimaginável na glosa rosiana quanto um “*Nonada*” na boca de Preciado³.

Assim também as vozes narrativas, enquanto personagens, ocupam posições diferentes, quase avessas. *Grande Sertão: Veredas* tem por liame a conversa entre um provincianíssimo Riobaldo e um letrado anônimo que nunca se manifesta. A palavra é toda dada ao jagunço, que se derrama. Na prática, trata-se de uma incursão da perspectiva culta, urbana, às profundezas brasileiras; pois o interlocutor do ex-pistoleiro, “*com toda leitura e suma doutoração*” (1994, p. 13) segundo o próprio, vem “*devassar a raso esse mar de territórios, para sortimento de conferir o que existe*” (1994, p. 28). Seja um acadêmico ou um escritor – em ambos os casos, um alter-ego do próprio Guimarães Rosa –, joga-se com o lugar de quem lê. O alfabetizado, receptor, se vê silenciado, envolto no emaranhado do pensamento regional, este produto de um mundo que lhe é estranho⁴.

Mas se aqui temos um narrador rural, que recebe a cidade, em Pedro Páramo é testada a perspectiva contrária. De início - já sabemos -, quem conta sua história é Juan Preciado, enviado a Comala pela finada mãe Dolores com o intuito de cobrar do pai o que este “*estuvo obrigado*” (1991, p. 7) a dar-lhes e nunca lhes deu. Não se trata propriamente de um bacharel,

narrativa também misturada. É quase um idioleto próprio do escritor, chamando a atenção sobre si todo o tempo, pelo inusitado da invenção, os achados constantes, a graça verbal, a forte ênfase” (ARRIGUCCI, 1994, p. 13).

³ Comentando o romance de Rulfo em outro ensaio, Arrigucci o descreve em termos que contrastam antinomicamente com aqueles empregados em sua análise do *Grande Sertão* (...). Para o crítico, em *Pedro Páramo* há uma vasta matéria ficcional, grande mar da memória (individual, histórica, arcaica), concentrando-se em volta de um reduzido centro, seco e concreto, da fala. Sua linguagem, então, se resguarda conforme uma ética do despojamento e se faz dura, de pedra, à maneira da paisagem física e humana que parece, de algum modo, imitar (ARRIGUCCI, 1987, p. 168).

⁴ Roberto Schwarz trabalhou a questão em seu ensaio “Grande Sertão: a Fala”, chamando a forma do romance de “monólogo *inserto* em situação dialógica”. Nas palavras do crítico: “‘O Senhor ri certas risadas...’ diz Riobaldo a seu interlocutor, que usa óculos, toma notas, homem de muita instrução. E fica estabelecido o contexto de tudo o mais que o livro traz; o jagunço, em face do homem da cidade, passa em revista o seu passado, seu mundo, suas crenças. Esta revisão é a essência do livro” (SCHWARZ, 1981 [1965], p. 24).

mas, em todo caso, de alguém que desce aos recônditos. Se em *Grande Sertão: Veredas*, a voz narrativa matuta se dirige ao leitor cosmopolita, na obra de Rulfo ela vai à província conhecer a vida rústica. Daí que Riobaldo chame seu interlocutor de “*senhor*” (1994, p. 3) a todo instante, enquanto, em Pedro Páramo, é Juan Preciado quem é chamado de “*senhor*” (1991, p. 8) pelo habitante do deserto: prismas reversos, que parecem formar juntos um curioso palíndromo latino-americano.

Outra diferença: a estrutura das tramas. Riobaldo divaga já estabelecido como posseiro, enfeitado e arrependido. Ao recontar a própria vida, então, vai tecendo o fio de seu percurso da pobreza à propriedade, recordando de modo cronologicamente desconexo um sem-número de peripécias. Realinhando: tudo começa com seu apadrinhamento por Selorico, que lhe proporciona uma instrução básica no município de Curalinho. Uma vez educado, Riobaldo volta à roça onde nascera, mas logo se junta ao legalista Zé Bebêlo e sai pelo Sertão a caçar jagunços. Nisso, se torna um expert na geografia brasileira, conhecendo do sudeste de Goiás ao Sul da Bahia. Identificado aos bandidos, porém, acaba deserdando de Bebêlo e se juntando ao bando de Joca Ramiro, graças à ação do valente Diadorim, que conhecia desde a infância e com quem passará a desenvolver uma relação de afeto quase carnal (“*um máu amor oculto*” (1994, p. 107)).

Riobaldo então toma parte na primeira guerra do Sertão, travada entre os fora-da-lei Ramiro, Hermógenes e Ricardão contra o próprio Zé Bebêlo. O narrador chega a ter esse último sob a mira de sua arma em uma batalha, mas (compadecido do antigo parceiro) inventa que era preciso mantê-lo vivo para dar-lhe julgamento justo. O prisioneiro termina condenado ao exílio em Goiás, o que revolta “*os hermógenes*” (1994, p. 72) que o queriam morto e, por isso, tramam e executam o assassinato de Ramiro.

Em seguida, o narrador se incorpora ao bando de Medeiro Vaz (“*o Rei dos Gerais*” (1994, p. 84)) para vingar a morte de seu ex-líder. Inicia-se,

então, uma segunda guerra - que no encadear embaralhado da obra, é narrada como um dos primeiros episódios. O resultado desta é desfavorável à divisão de Riobaldo, que sucumbe na tentativa de atravessar o Liso do Sussuarão, perdendo Medeiro Vaz. Mas o grupo ganha novo fôlego com a volta de... Zé Bebêlo, que busca vingança contra os jagunços que lhe haviam banido.

A esta altura dos fatos, o protagonista começa a se mostrar obcecado com o boato de que a dificuldade em vencer Hermógenes se devia a um pacto do mesmo com o demônio. De fato, o sertanejo era habituê de crueldades inomináveis e costumava passar por vilarejos *“baleando, esfaqueando, estripando, furando os olhos, cortando línguas e orelhas, não economizando as crianças pequenas, atirando na inocência do gado, queimando pessoas ainda meio vivas”* (1994, p. 61). Daí sua aura luciferina.

O conflito com o endiabrado e seu bando chega, então, ao ápice, quando este e o exército de Riobaldo e Bebêlo se enfrentam no episódio da Fazenda dos Tucanos. A cena é exaustiva, narrada com uma abundância linguística e uma profusão de disparos, mortes e acontecimentos confusos; mas, a certo ponto, chega-se a uma trégua. É aí que, convicto de que só um poder sobrenatural venceria Hermógenes, Riobaldo se encaminha às Veredas Mortas, onde firma (ou pensa firmar) um pacto com o *“Coisa-Ruim”* (1994, p. 48). Doravante seu comportamento muda para comandar como líder o duelo fatídico contra seu rival pactário, no qual este é morto por Diadorim, por sua vez também abatido. Profundamente comovido pela perda do companheiro (e descobrindo que este, na verdade, era uma mulher disfarçada), o narrador termina desistindo da vida belicosa e herdando as propriedades de Selorico, se casando, aceitando o catecismo moral-espiritual de seu compadre Quelemém e abraçando a existência semi-pacata a partir da qual descreverá seu passado.

Uma história epopeica, cheia de batalhas e feitos notáveis, com ampla ação, expectativa, tensão e reviravoltas. Enfim, uma obra nada afeita

à rarefação da intriga que pauta obras várias do século XX e traduz o tédio da vida burguesa. Dito de outro modo: se, como observaria Augusto de Campos, há um tanto de James Joyce na técnica do monólogo rosiano⁵, não há comparação entre o percurso aventureiro de Riobaldo e a existência trivial de Leopold Bloom em *Ulisses* [1922]. Considerando a trama, *Grande Sertão (...)* tem mesmo mais que ver com o próprio Ulisses de Homero.

Não poderíamos, todavia, dizer algo assim de *Pedro Páramo*. Obra melancólica, começa narrada por um lacônico Juan Preciado, que não se emociona nem diante da morte de sua mãe. Quando este chega a Comala, tampouco se lhe apresentam aventuras. Na verdade, toda a cidade está deserta e o personagem consegue apenas conversar com os fantasmas da senhora Eduviges e da doida Dorotea. Todos os habitantes do local estão já mortos e não oferecem ao narrador nada mais do que a possibilidade de se conformar com sua morte iminente, enquanto delira em razão do calor.

O fim, então, finalmente chega para Preciado. Mas não tem nada de grandioso como a morte de Diadorim. Pelo contrário, o personagem se vai por causas desconhecidas e de maneira a tal ponto passiva que o leitor mal percebe o que lhe passa. Lemos: “*Tuve que sorber el mismo aire que salía de mi boca, deteniéndolo con las manos antes de que se fuera. Lo sentía ir y venir, cada vez menos; hasta que se hizo tan delgado que se filtró entre mis dedos para siempre*” (1991, p. 49).

Depois de expirar, o personagem é enterrado com Dorotea, mas seus cadáveres seguem conversando sobre as histórias de Comala, com o romance assumindo gradualmente uma perspectiva em terceira pessoa, cedendo vozes a outras figuras. Conhecemos a história do Padre Rentería, que pecara em consentir com as barbaridades de Páramo e por isso fora

⁵ Augusto de Campos abre seu ensaio “Um Lance de ‘Dês’ do *Grande Sertão*” (1959) com as seguintes palavras: “O verdadeiro romance se passa entre Joyce e a linguagem”, escreveu o crítico Harry Levin a propósito de *Finnegan’s Wake*. Cremos que se poderia aplicar a mesma observação a *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa. Não se quer com isso minimizar a ‘mensagem’ de tais obras. Mas acentuar que os grandes conteúdos do *Grande Sertão*, como os de Joyce, se resolvem não só através da, mas na linguagem. Esta não é mais um animal doméstico atrelado ao veículo da ‘estória’, indiferente aos seus conteúdos. Identifica-se, isomorficamente, às cargas de conteúdo que carrega, e passa a valer, ao mesmo tempo, como texto e como pretexto, em si mesma, para a invenção estética, assumindo a iniciativa dos procedimentos narrativos” (CAMPOS, 2015 [1959], p. 15).

impedido pela Igreja de ministrar os sacramentos aos hereges, cujas almas ficavam condenadas a vagas entre os vivos. Somos também apresentados ao filho de Don Pedro, Miguel, que tinha um ímpeto violento e acaba morto em um acidente de cavalo. Assim também, sabemos da história de Susana San Juan, que sai de Comala para se casar, mas é requisitada como esposa por Páramo e volta ao povoado doente, com uma febre incurável e tomada por alucinações.

Lentamente, vamos rearmando também a história do próprio senhor de Comala, que administrou suas posses com mão de ferro, mas decaiu ao ter parte de suas terras tomadas por camponeses insurretos durante a Revolução Mexicana, se rendendo ao desgosto após a morte de sua mulher. Ao fim, o protagonista é apunhalado por um de seus filhos bastardos, o devasso Abundio Martínez, que se embriagara depois de também ver falecer a sua própria amada, Refugia. O romance então acaba com o desmoronamento de Páramo, que alegoriza a decadência do lugarejo que Juan Preciado irá conhecer e cuja história vai começar a narrar.

Há, nesse âmbito da trama, pouca correspondência entre Juan Rulfo e Guimarães Rosa. O Sertão é vasto - um amplo leque de possibilidades que convida à ação. Já o deserto mexicano é rarefeito, estéril e convida à morte. Um é entusiasmado, o outro é sorumbático; um é grandiloquente, o outro é contido; um é pleno de vida, o outro é fantasmagórico. Um é Eros, o outro é Tânatos. De onde viria essa diferença?

É tentador pensá-la à luz da distinção entre memória e consciente, proposta por Freud em *Além do princípio do prazer* (1920). Segundo o próprio, o consciente se caracteriza por uma particularidade: “o processo estimulador não deixa nele qualquer modificação duradoura de seus elementos, como acontece em todos os outros sistemas psíquicos, porém como que se esfumaça no fenômeno da conscientização”. Já os resquícios mnemônicos “são mais intensos e duradouros, se o processo que os

imprime jamais chega ao consciente" (apud BENJAMIN, 2012 [1969], p. 272). Walter Benjamin, em famoso texto sobre Baudelaire e Proust, traria à tona essa oposição para associar essa última "mémoire", mais proustiana, ao que chamou de experiência ("*Erfahrung*"); atribuindo a lembrança consciente a algo próximo, porém diferente e mais baudelairiano: a vivência ("*Erlebnis*"). Isto é, a memória, involuntária, pertence ao âmbito do que se experienciou e pode ser recordado de maneira epifânica e integral, como faz o narrador Combray em *À la Recherche du Temps Perdu* [1913] ao comer uma Madeleine. Já a lembrança faz parte do que se tem vivência, podendo ser evocada de maneira consciente, mas "esfumaçada" – como faria Baudelaire em relação aos episódios da Revolução e da modernidade francesas nas *Les Fleurs du Mal* [1857].

Ora bem, algo assim se aplica a *Grande Sertão: Veredas* e *Pedro Páramo*. No primeiro caso, tem-se um jagunço de facto, que passou pelas lutas dos lugares remotos do Brasil e reconstitui sua experiência em um fôlego só, transmitindo-a ao letrado. Uma história que faz parte de sua biografia e, por isso mesmo, pode ser rememorada. Já no caso de Juan Preciado, trata-se de um filho, um produto daquela realidade de bestialidade e miséria que descreve - mas que contudo não sentiu na pele, podendo apenas relembrá-la racionalmente, através do que aprende com as outras personagens. Daí a estrutura do relato ser etérea (uma "*sobriedade fantasmal*" (2011, p. 195), diria Antonio Candido). Uma narrativa é épica e total – a reconstrução de uma existência inteira. A outra é dramática e fragmentária – uma tentativa precária de rearmar alguma coisa contável a partir de vários fiapos de histórias alheias.

Claro que essa divergência pode ser atribuída a opções estéticas voluntárias dos autores, bem como a características psicológicas individuais, de ordem pessoal e assim por diante. Entretanto, gostaríamos aqui de arriscar uma interpretação diversa, vinculada aos diferentes processos históricos vividos pelo Brasil e pelo México quando da publicação dos dois romances. Pois se ambos os países compartilharam a experiência

do subdesenvolvimento, também é fato que passaram por esta com peculiaridades no que diz respeito à organização econômica e, sobretudo, à luta de classes.

Por isso, no *Grande Sertão* (...), temos algo que, à altura de seu lançamento, permanecia pulsante – algo de que a trajetória de Riobaldo seria parte. Antagonicamente, em Rulfo, há algo que não se viveu, mas resultou em objeto perdido que o autor busca repor conscientemente. Parecem processos de formalização adequados, no primeiro caso, à luta brasileira pelo desenvolvimento e, no segundo, à institucionalização de uma Revolução Mexicana que Juan Rulfo não presenciou e que terminou no governo do Partido Revolucionário Institucional.

2. Desenvolvimentismo e Revolução

Começemos por Guimarães Rosa. Quando sua obra é publicada, em 1956, o Brasil havia acabado de passar pelo mandato democrático de Getúlio Vargas. O histórico caudilho havia iniciado, com a Revolução Militar de 1930 e com seu regime totalitário do Estado Novo de 1937 a 1945, um dos mais impressionantes processos de modernização infraestrutural de um país na história do século XX. De uma economia predominantemente agrária, o Brasil desenvolvera uma indústria de base, urbanizara freneticamente suas principais capitais e ganhara leis de proteção trabalhistas. Já eleito pelo sufrágio em 1951, Vargas encabeçaria também um plano de criação de bancos públicos (como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico [BNDE] e o Banco do Nordeste), abertura de estradas (como a Rodovia Fernão Dias, que ligava São Paulo a Belo Horizonte) e proteção das commodities locais através da criação da estatal Petrobrás. Com o slogan “o petróleo é nosso”, impulsionava-se o instinto anti-imperialista de soberania, inclusive com apoio da esquerda subordinada à Terceira Internacional, representada pelo Partido Comunista Brasileiro, outrora perseguido pelo mesmo Vargas.

Consumido por intrigas políticas que não cabe discutir aqui, o governo do presidente seria encerrado com seu fatídico suicídio, mas o arranque desenvolvimentista seguiria firme no governo seguinte, do civil Juscelino Kubitschek. Não por acaso Celso Furtado, em seu clássico *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, identificaria no período 1955-1960 o que ele chamaria de “*superação da estrutura colonial brasileira*” (2009, p. 213), dada a suplantação da sina agro-exportadora por uma política de produção industrial. Seria esse espírito de modernização, inclusive, que a construção de Brasília, nova capital do país, viria a simbolizar. Edificada no deserto do planalto central, com plano piloto do modernista Lúcia Costa e projetos de Oscar Niemeyer, a cidade encarnava a utopia de um Brasil grande e futurista, com seu território unificado e sua inserção definitiva no rol das nações autossuficientes e civilizadas⁶.

Ora bem, esse impulso grandioso tem também algo que ver com Grande Sertão: Veredas, a começar pelo seu título de vogais abertas, substantivo no aumentativo e adjetivo escolhido a propósito. Assim também, a obsessão de integrar as jurisdições estaduais a partir de um núcleo se liga ao cenário percorrido por Riobaldo, que vaga pelo âmago geográfico nacional, passando pelo Centro-Oeste e por Minas até chegar nos limites nordestinos⁷. O Sertão surge mesmo, mais do que um espaço, como um estado de espírito insinuosamente universal. Diz o narrador rosiano: “*o sertão está em toda a parte*” (1994, p. 4), “*o sertão é do tamanho do mundo*” (1994, p. 96). Para além de bioma, trata-se de uma promessa de desprovincianização, de integração ao globo⁸.

⁶ Diz Furtado: “A superação da estrutura colonial pode ser observada de dois ângulos: o do deslocamento do centro dinâmico para o setor industrial e o da mudança dos centros de decisão. O deslocamento do centro dinâmico para as indústrias firmou-se na década de 1930, conforme observamos. Contudo, o setor exportador continuou desempenhando um papel estratégico básico, pois a formação de capital estava atada à capacidade para importar. Na década de 1950 o setor industrial deu novo passo fundamental adiante, com a ampliação e diversificação das indústrias de bens de produção. Esse segundo passo viria permitir ao setor industrial, que lidera o desenvolvimento do país, apoiar-se em si próprio para crescer. Com efeito, entre 1955 e 1960 foi possível manter uma taxa média de crescimento anual da produção industrial da ordem de 10%, não obstante as importações de equipamentos industriais se mantivessem estacionárias” (2009, p. 213-214).

⁷ Nas palavras de Willi Bolle, Rosa convida o leitor a redescobrir “o centro do país que, tanto pelo seu papel histórico quanto pela originalidade étnica de seus habitantes, mas sobretudo pela qualidade da representação literária, transborda seus horizontes em direção à Amazônia e às metrópoles do Sudeste para tornar-se um retrato alegórico do Brasil” (2004, p. 48).

⁸ Diria Antonio Candido, em seu ensaio “O Homem dos Avelos” [1957]: “A experiência documentária de Guimarães Rosa, a observação da vida sertaneja, a paixão pela coisa e pelo nome da coisa, a capacidade de entrar

Não obstante, a ideologia desenvolvimentista é vista na boca dos próprios personagens do romance. Riobaldo sentencia: “*Ah, vai vir um tempo, em que não se usa mais matar gente*” (1994, p. 24) – ou seja, em que as “*Malícias maluqueiras, e perversidades*” (1994, p. 25) serão superadas pela ilustração. Zé Bebêlo, a encarnação dessa expectativa, pretende entrar na política, pois “considerava o progresso de todos – como se mais esse todo Brasil, territórios” (1994, p. 101). Diz-se dele que gostava de “*falar muito nacional*” (1994, p. 182) e que “*deputado fosse, então reluzia perfeito o Norte, botando pontes, baseando fábricas, remediando a saúde de todos, preenchendo a pobreza, estreando mil escolas*” (1994, p. 178). O que é isso senão a ideologia da Era Vargas e do governo Kubitschek tornada personagem?

Seguramente, como veremos adiante, a integridade desse progressismo precisará ser matizada pela sutil ironia do narrador, bem como por outros aspectos mais que compõem a “consciência catastrófica” de Rosa. De qualquer modo, o fato de o autor ter vivido um período de industrialização e mobilização nacional por soberania, inclusive servindo como diplomata a diferentes presidentes, lhe permite que a memória do processo seja calcada na experiência, e que a narrativa surja como um épico na voz de Riobaldo (que também se bateu contra a barbárie pessoalizada em Hermógenes em nome do avanço). Por isso a forma de *Grande Sertão: Veredas* é permeada por um tom de profecia, dirigido ao amanhã - essa época em que não se “vai mais matar gente”: suas preocupações indicam problemas a superar no futuro, denotando uma inserção no amplo debate sobre a formação do país, onde acompanha clássicos ensaios de interpretação socioeconômica⁹.

na psicologia do rústico, – tudo se transformou em significado universal graças à invenção, que subtrai o livro à matriz regional para fazê-lo exprimir os grandes lugares-comuns sem os quais a arte não sobrevive: dor, amor, morte, – para cuja órbita nos arrasta a cada instante, mostrando que o pitoresco é acessório e que, na verdade, o sertão é o mundo” (1983 [1957], p. 295).

⁹ Diria Willi Bolle: “A denominação do gênero retrato do Brasil, que se aplica basicamente a ensaios de história e ciências sociais, é derivada do livro homônimo publicado em 1928 por Paulo Prado. Os retratos do Brasil escritos no século XX estendem-se desde o livro fundador *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, até os últimos estudos de Darcy Ribeiro, passando pelas obras já clássicas de Gilberto Freyre (1933), Sérgio Buarque de Holanda (1936) e Caio Prado Jr., cuja *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) foi seguida de uma série de ‘ensaios de formação’, da autoria de Raymundo Faoro (1958), Celso Furtado (1958), Antonio Candido (1959) e, mais recentemente, Darcy

Algo bem diferente acontece em Juan Rulfo. Diegeticamente falando, o pano de fundo político de seu romance é a Revolução Mexicana, figurada nos camponeses villistas (isto é, seguidores do bandoleiro Pancho Villa) que combatem a concentração de terras por Pedro Páramo. Na vida real, tratou-se de um processo monumental, de demanda pela reforma agrária e exercício da soberania popular em níveis sem precedentes na história da América Latina – culminando, inclusive, na redação da constituição nacional de 1917, que universalizaria direitos e inspiraria o próprio desenvolvimentismo varguista.

Contudo, o processo revolucionário em si atravessa as décadas de 1910 e 1920 – ou seja, precede a escrita e publicação de Pedro Páramo nos anos 1950. Em palavras freudianas, à diferença de Guimarães Rosa, Rulfo não experienciou propriamente o fenômeno que repõe esteticamente. Sua vivência está muito mais ligada ao governo do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que emergiu da convulsão social para comandar o México de 1929 a 2000. Quando o romance vem a público, o país meso-americano se encontra governado pelo presidente Adolfo Ruiz Cortines, o sétimo presidente do “PRI”.

É uma época, ainda, de intenso desenvolvimento, com o funcionamento a todo vapor de empresas como Altos Hornos de México (siderurgia), Industria Eléctrica de México (eletricidade), Guanos y Fertilizantes (agrícola), Cements Guadalajara (construção civil) – todas turbinadas por empréstimos do banco público Nacional Financiera (NAFINSA), criado nos anos de nacionalização do sistema bancário posteriores à sublevação política. Mas se bem estamos falando de um momento de arranque modernizador, também é verdade que o PRI foi a solução conciliatória encontrada pelas classes dominantes mexicanas para conter a instabilidade e frear as energias liberadas pelo levante popular, que aliás sofrera violenta repressão policial, incluídos aí os assassinatos à bala de seus líderes Villa e Zapata. Conforme o historiador Alan Knight, a

Ribeiro (1995), respectivamente sobre a política, a economia, a cultura literária e a etnologia do país” (BOLLE, 2004, p. 24).

legenda era de coalizão, reunindo em seu seio “os caciques locais e os *caudillos* regionais (muitos deles mas não todos de origem nova e revolucionária), o agrarismo radical (...) e os proprietários de terra conservadores, (...) o anticlericalismo revolucionário e a ação social católica (sem falar do clericalismo conservador católico), um pretorianismo agressivo e ambicioso e uma incipiente tecnocracia civil” (KNIGHT, 2015, p. 20). Como o investimento narrativo de Rulfo não está dirigido a nada disso, mas à Revolução em si, a figuração desta na Era Cortines não pode se dar senão de maneira melancólica, como uma lembrança consciente e – diria Freud – “esfumaçada”.

Tratemos, para ilustrar, da emblemática cena de Pedro Páramo na qual um grupo de camponeses armados vai ter com o dono de Comala. Nela, três figuras se opõem em uma conversa: o líder anônimo do bando, o pequeno agricultor Perseverancio e o fazendeiro. Quando este último pergunta a razão do levante, ouve do chefe camponês a seguinte resposta: “—*Pos porque otros lo han hecho también. ¿No lo sabe usted? Aguárdenos tantito a que nos lleguen instrucciones y entonces le averiguaremos la causa. Por lo pronto ya estamos aquí*” (1991, p. 80).

Trata-se da conflagração, se espalhando pelos distritos. Muito mais radicalizado, Perseverancio chega a acrescentar:

—Yo sé la causa (...). Y si quiere se la entero. Nos hemos rebelado contra el gobierno y contra ustedes porque ya estamos aburridos de soportarlos. Al gobierno por rastrero y a ustedes porque no son más que unos móndrigos bandidos y mantecosos ladrones. Y del señor gobierno ya no digo nada porque le vamos a decir a balazos lo que le queremos decir (1991, p. 80).

Esse é o ponto de fuga moral de toda obra: a única voz que se opõe aos mandos e desmandos do latifundiário onipotente que sujeitou uma comunidade inteira. Mais do que o neurastênico Juan Preciado, o prostrado Padre Rentería ou o bêbado Martínez, Perseverancio é o antagonista efetivo de Pedro Páramo: um representante legítimo do

processo revolucionário que contestou o status quo agrário nos anos 1910 e 1920.

No entanto, a fala não vai adiante, sendo contida pela liderança camponesa, muito mais cuidadosa. Quando o fazendeiro interpela o insubordinado lhe perguntando quanto dinheiro o grupo quer, ouve de seu chefe a seguinte resposta: “- *Dice bien aquí el señor, Perseverancio. No se te debía soltar la lengua. Necesitamos agenciarnos un rico pa que nos habilite, y qué mejor que el señor aquí presente*” (1991, p. 80).

A conversa termina com um acordo, em que Páramo oferece “*cien mil pesos*” a seus inimigos, além de trezentos mil homens armados para “*ayudarlos*” (1991, p. 80). Logicamente, trata-se de um plano para infiltrar jagunços entre os villistas e acabar com eles. O desfecho da negociação então suscita perguntas: seria essa uma metáfora do modus operandi do Partido Revolucionário Institucional, com seu funcionamento interno tentando equilibrar as motivações de classe mais diversas? Seria o plano draconiano de Páramo um sinal da visão negativa que o próprio Rulfo fazia dessa tentativa de pacto? Estaria o autor sugerindo que a busca de sua sociedade pela conciliação redundava no atendimento dos interesses das classes dominantes?

É possível que sim, já que a interpretação do processo social pelo escritor assinala uma complexidade que ultrapassa qualquer maniqueísmo. Não se trata de tomar um lado, contra ou a favor da Revolução Mexicana - erro em que frequentemente se incorre, seja para dar caráter didático a *Pedro Páramo* ou para lhe negar o tom político (o que, em ambos os casos, resulta absurdo). O que a obra logra é algo mais inteligente: mimetizar, nos anos 1950, aspectos da absorção da insurreição histórica da década de 1910 por esse singular amortecedor do conflito social chamado PRI.

Certamente há nas ciências humanas uma longa controvérsia sobre o caráter do governo Cortines e de outros que o sucedem. Não é necessário

retomá-la aqui, pois a própria extensão desse debate é já um indicativo do quiproquó que Rulfo anota: em seu tempo, afinal, a revolta de Zapata e Villa vivia ou morria? A despeito do desenvolvimento, seria o PRI um partido de transformação ou conservação?

O fato de que ambas as dimensões estejam presentes na consigna “Revolucionário Institucional” – adequada a uma organização que tentava balancear grupos os mais diversos – simboliza quase que caricatamente o tamanho do impasse histórico, alegorizado em Pedro Páramo no caráter intersticial que marca todas suas categorias narrativas. Não se sabe, por exemplo, se os personagens de Comala estão vivos ou mortos. Juan Preciado fala de dentro de um túmulo e parece mesmo ter sido sepultado antes da hora. O microcosmos dramático não faz senão espelhar o México que se tornara o cemitério da revolta castrada, mas que não deixava de seguir em marcha através de um acerto desenvolvimentista. Estaria a própria Revolução enterrada viva, como o narrador do romance¹⁰.

Também por isso, Rulfo não conta uma sucessão de episódios que compõem uma existência inteira, como faz Guimarães Rosa no *Grande Sertão* (...). Neste último, tem-se a recriação de um processo que permaneceria pulsando nos anos de Kubitscheck. Já em *Pedro Páramo*, tem-se a apresentação de um relato sobre uma história fragmentária, com alto grau de contradição interna – o que só poderia se expressar em uma estrutura narrativa alquebrada. Isto é: em Riobaldo, trata-se de dar anima a um estado de espírito que se traduziria em um governo futuro; em Juan

¹⁰ Diria o poeta e crítico mexicano Hugo Gutiérrez Vega: “Melhor será não voltar ao pueblo, ao éden subvertido que se cala na mutilação da metralha, dizia, em pleno conflito revolucionário, Ramón López Velarde. Essa nostalgia do ‘éden subvertido’ tem em Rulfo uma entonação trágica. As palavras recuperam, através da estética, esse passado perdido e identificam aquilo que na vida de uma coletividade tem um caráter permanente. Por essa razão a prosa de Rulfo tem a enorme virtude de fixar no tempo e no espaço a atmosfera espiritual de um país em um momento de sua história e, simultaneamente, logra, por meio de sua essência lírica, garantir a intemporalidade, a validade permanente dessas formas de expressão e dessas criaturas de ficção essencialmente subjetivas e nem por isso menos capazes de refletir os dados objetivos da realidade” (GUTIÉRREZ VEGA, 1985, p. 81-82). Tradução própria de: “Mejor será no regresar al pueblo, al edén subvertido que se calla en la mutilación de la metralha”, decía, en pleno conflicto revolucionario, Ramón López Velarde. Esta nostalgia del “edén subvertido” tiene en Rulfo una entonación trágica. Las palabras recuperan, a través de la estética, ese pasado perdido e identifican aquello que en la vida de una colectividad tiene un carácter permanente. Por esta razón la prosa de Rulfo tiene la enorme virtud de fijar en el tiempo y en el espacio la atmósfera espiritual de un país en un momento de su historia y, simultáneamente, logra, por medio de su esencia lírica, garantizar la intemporalidad, la validez permanente de esas formas de expresión y de esas criaturas de ficción eminentemente subjetivas y no por eso menos capaces de reflejar los datos objetivos de la realidad”.

Preciado, trata-se de conferir forma literária a um governo presente cujo caráter era paradoxal.

3. Figurações da Dependência

Não obstante, se buscarmos em ambos os escritores diagnósticos sobre a situação de dependência genericamente falando, veremos que tanto Rosa quanto Rulfo tomaram nota, em suas obras, de fatores da calamidade social latino-americana que marcaria os anos 1970 em diante. Nesse sentido, às suas maneiras, demonstraram bastante ceticismo em relação ao desenvolvimentismo que, de modo discrepante, lograram figurar.

Vide, a propósito, as afinidades terríveis nas formas pelas quais Riobaldo e Pedro Páramo exercem seus poderes: o primeiro distribui alqueires para seus chegados e diz de um meeiro: “é meu” (1994, p. 26). Com isso, engendra uma verdadeira reserva militar informal para se garantir, descrevendo assim o esquema: “Deixo terra com eles, deles o que é meu é, fechamos que nem irmãos. (...) Estão aí, de armas areiadas. Inimigo vier, a gente cruza chamado, ajuntamos: é hora dum bom tiroteamento” (1994, p. 26). A reincidência do pronome possessivo de primeira pessoa (“meu”) evidencia a confiança do fazendeiro que viveu a guerra, aprendendo a manejar a brutalidade e as relações pessoais a fim de preservar o que lhe pertence.

Mais ou menos assim também opera Pedro Páramo: a prática de trocar posses por proteção lhe é absolutamente familiar, como se vê quando oferece ao capanga Damasio uma boa estância para que este se infiltre no já mencionado grupo de camponeses que reivindicam terras e dê cabo de todos. Diz Páramo: “te gustaría el ranchito de la Puerta de Piedra? Bueno, pues es tuyo desde ahorita” (1991, p. 81).

O que mantém e governa a propriedade dos personagens é, portanto, a regra de ferro da oligarquia violenta, que oferta glebas e

manipula a legislação a seu bel-prazer. O advogado da narrativa de Rulfo, Gerardo Trujillo, bem tenta se mudar para outra cidade após passar anos avalizando os negócios escusos da família Páramo, mas desiste ao ver que Don Pedro não lhe oferece nenhuma ajuda financeira. Assim, se conforma e aceita seguir cuidando de seus “assuntos”. Por isso, quando ouve do fazendeiro a pergunta: “*Quien me puede discutir la propiedad de lo que tengo?*”, responde maquinalmente: “*Indudablemente nadie, Don Pedro. Nadie*” (1991, p. 84).

É ainda mais emblemático o caso de Zé Bebêlo, a encarnação legalista do *Grande Sertão* (...): interessado em estudar direito, o caçador de jagunços tem o hábito de comemorar suas vitórias contra outros bandos chacinando seus adversários, enquanto grita “*Viva a Lei!*”. Em uma cena tragicômica, um civil inocente lhe diz: “*não faz vivalei em mim não, môr-de-Deus, seu Zebebel*” (1994, p. 101). Mais tarde, descobrimos que o progressista não pretendia usar a política senão para enricar.

Personagens como estes corporificam a jurisdição *sui generis* da América Latina, sempre ajustável às conveniências, sobretudo subordinada ao poder de fogo. Não por acaso, enquanto Riobaldo sentencia que “*sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias*” (1994, p. 19), Pedro Páramo diz a um de seus homens: “*La ley de ahora en adelante la vamos a hacer nosotros*” (1991, p. 36).

A essa inusitada superestrutura legal, corresponde, por sua vez, um mundo econômico muito particular. Se bem é possível identificar nos universos de Guimarães Rosa e Rulfo algo similar a uma burguesia agrária, não é menos importante que o regime acumulativo desta movimente um amplo leque de práticas pré-modernas. Os jagunços Ricardão e Joca Ramiro, do grande sertão, vivem “passando bem em casas de grandes fazendeiros e políticos” (1994, p. 244), demonstrando a promiscuidade do Estado e, sobretudo, dos senhores rurais na hora de se apoderar dos meios de produção (no caso, a terra). Assim também, na *llanura* mexicana, o

capataz Fulgor Seldano ajuda Páramo a concentrar hectares eliminando o vizinho concorrente Toribio Alderete e quem sabe quantos mais¹¹. Isso para não falar da artilosidade de Pedro em se casar com a herdeira Dolores - mãe de Preciado - e, com o matrimônio, lhe arrebatou todos os dotes para depois abandoná-la.

O resultado é que a economia parece girar em torno da acumulação primitiva. Na história da literatura, esse processo de expropriação direta de terrenos já aparecera em romances europeus – como o célebre *Waverley* [1814] de Walter Scott, onde é figurado o holocausto dos clãs tradicionais das *highlands* escocesas. A questão é que, lá, estamos em uma revolução burguesa no século XIX. Nos romances aqui estudados, estamos em pleno século XX, não em uma situação revolucionária, mas em um *establishment* rural que faz da violência seu nexos permanente. Tampouco se trata, nos latino-americanos, de fundar uma prática agrícola concorrencial (como na Europa), mas sim de um crescente processo de monopolização.

É ainda bastante relevante, nesse sentido, que a maioria dos personagens de *Grande Sertão (...)* e *Pedro Páramo* não se enxergue enquanto classe. Riobaldo suspira: “*ah, o bom costume jagunço. Assim que é vida soprada, vivida por cima. Um jagunçando, nem vê, nem repara na pobreza dos outros (...)*” (1994, p. 93). De maneira parecida, mas em perspectiva inversa, os pobres de Comala não se consideram parte da Revolução Mexicana. Diz Abundio: “*A nosotros qué nos importa eso, madre Villa. Ni nos va ni nos viene*” (1991, p. 98). É um erro ver aqui um apolitismo dos escritores: muito pelo contrário, ambos percebem sociologicamente que suas figuras narrativas não formam estratos sociais sólidos, como se pairassem acima (ou abaixo) do proletariado e da burguesia. Como resultado, desenham um mundo em que o esfacelamento econômico e

¹¹ Alguns anos antes de publicar “Literatura e Subdesenvolvimento”, Antonio Candido discutiria esse funcionamento social no ensaio “Jagunços Mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa” (1966). Diria o crítico: “depreendemos que o nome de jagunço pode ser dado tanto ao valentão assalariado e ao camarada em armas, quanto ao próprio mandante que os utiliza para fins de transgressão consciente, ou para impor a ordem privada que faz as vezes de ordem pública” (2017, p. 107).

social produz sujeitos sem distinção clara, submetidos – para o bem ou para o mal – ao arbítrio e à pobreza.

Por isso, também, os ruralistas de Rosa e Rulfo não parecem muito interessados em otimizar sua produtividade. Formas primitivas de trabalho aparecem na fazenda do brasileiro Seô Habão, que possui escravos e transforma jagunços em servos. Pedro Páramo se dá mesmo ao luxo de parar todas as atividades de seu latifúndio só para ver morrer de fome os habitantes de Comala que celebravam a morte de sua última esposa, Susana. Não há, aqui, mais-valia relativa (conforme Marx, a ampliação da margem de lucro por aumento da produção¹²). O que há, antes, é um sistema assentado na força bruta e na exploração desumana, cujo funcionamento se rege mais pela crueldade do que pela eficácia econômica. Riobaldo, que não é nenhum escravocrata, entrega essa verdade ao perguntar: “*Para que eu quero ajuntar riqueza?*” (1994, p. 26).

Frente a essa capacidade de figuração social, os elementos pitorescos e documentais do regionalismo tradicional retrocedem. Com uma visão muito mais ampla, os escritores parecem inventariar aspectos da realidade continental que seriam mais tarde elaborados pela própria sociologia. Florestan Fernandes, por exemplo, diria nos anos 1960 que a luta de classes no capitalismo dependente, de assalariamento escasso, não era travada entre capital e trabalho, mas sim entre “*possuidores*” e “*não possuidores*” (2008, p. 40), razão pela qual não seria ela um mecanismo regulador do valor mas simplesmente um moinho sanguinário¹³.

¹² Marx assim define o conceito no volume I *d'O Capital*: “a característica mais essencial do modo de produção capitalista não é a criação de mais-valia absoluta, porém de mais-valia *relativa*. Esta resulta do acúmulo de inovações técnicas, que elevam a produtividade social do trabalho e acabam por diminuir o valor dos bens de consumo nos quais se traduz o valor da força de trabalho, exigindo menor tempo de trabalho para a reprodução desta última” (MARX, 1996, p. 41).

¹³ As particularidades das relações de trabalho rural nas economias latino-americanas dependentes seriam mais amplamente discutidas por Florestan Fernandes. Diria o sociólogo: “Dados a abundância relativa de terras mais ou menos férteis, a facilidade de usos econômicos alternativos dos recursos naturais, a pressão de populações volumosas em busca de mera subsistência através do trabalho etc., e o padrão de articulação dos dois polos internos de uma economia capitalista dependente, é natural que o subdesenvolvimento restrinja o interesse dos agentes econômicos privilegiados e das elites econômicas por formas de produção agrária puramente capitalistas” (FERNANDES, 2008, p. 179).

É precisamente esse sistema, simultaneamente moderno e arcaico, que nos romances rebaixa e tritura não só a rábula diretamente subjugada, mas também quem vive em situação de anomia. Uma das famílias conhecidas por Juan Preciado, chega ao cúmulo de andar nua. Assim também, na narrativa de Guimarães Rosa, é contada por Riobaldo a história de um homem paupérrimo que vagava sem roupas e, confundido com um macaco, acabou canibalizado pelos jagunços. A privação e a incivilidade, são temas constantes de ambas as obras, revelando a outra face do brutalismo latifundista.

Mas não se trata de um resíduo arcaico. Ao contrário, devemos mesmo nos perguntar se os problemas surgidos em Comala ou no Sertão brasileiro, visualizados nos anos 1950 e guardadas suas especificidades, não eram já questões do porvir. Não haveria, afinal, alguma correspondência entre as atuais sociedades latino-americanas e esses mundos de miséria, com poucos poderosos imbricados nas instituições públicas e no submundo da violência dirigida? O grau de universalidade desses romances não estaria, a despeito de seu temário rural e de sua percepção dos problemas que lhe eram contemporâneos, na capacidade de mimetizar certos traços da vida social atual?

Foi algo assim que Willi Bolle sugeriu em seu estudo sobre o *Grande Sertão (...)*:

Ao fundamentar seu retrato do Brasil numa encenação do sistema jagunço – instituição no limiar entre a lei e a ilegalidade, onde a transgressão é a regra e a guerra é permanente – Guimarães Rosa representa o funcionamento das estruturas de poder no país. Visionariamente, ele retrata uma sociedade que está se criminalizando em ampla escala e em que virtualmente todos são cooptados” (BOLLE, 2004, p. 138).

É desnecessário, a essa altura, dizer que o mesmo se aplica à obra de Rulfo, ou que esse retrato se ajusta perfeitamente às atuais realidades brasileira e mexicana, consideradas as devidas sutilezas. Tampouco seria preciso dizer que relações de trabalho ilegais, desigualdade fundiária,

carência generalizada e artimanhas jurídicas permanecem existindo aos montes nesses países.

Não obstante, justo esse caráter futurista engendra a estrutura. Em se tratando de sociedades com dramas hodiernos, seria também impossível compreendê-las nos termos do atraso latino-americano que pautava o regionalismo *stricto sensu*, da *Novela de la Tierra*, de certo regionalismo de 1930, entre outros. Somente uma forma modernista, capaz de traduzir o sentido desagregado desses mundos e de sondar seus efeitos profundos na alma de seus personagens, poderia dar conta do diagnóstico catastrófico que se colocava. É verdade, portanto, que tanto *Pedro Páramo* quanto *Grande Sertão: Veredas* podem ser lidos em interlocução com romances regionais das primeiras décadas do século XX, cujas temáticas conservam. Mas não por acaso a ruptura formal em relação a estes é de proporções enormes.

Note-se: enquanto a obra de Guimarães Rosa dialoga com *Os Sertões* [1902] de Euclides da Cunha, pelo assunto interiorano e pela tentativa de, através dele, interpretar o Brasil; Rulfo evoca a célebre *Novela de la Tierra* mexicana *El Águila y la Serpiente* [1928], de Martín Luis Guzmán, por sua abordagem das desproporções sociais rurais e do imaginário católico. Mas se essas obras tratavam dos problemas desde um ponto de vista externo, descrevendo em terceira pessoa acontecimentos verídicos com intenção documental – no caso de Euclides, a Guerra de Canudos; no caso de Guzmán, as insurreições populares lideradas por Villa –, *Grande Sertão: Veredas* e *Pedro Páramo* convertem a situação de subdesenvolvimento em contextura.

Em sua torrente mental, o narrador Riobaldo produz aquilo que Antonio Candido chamaria mais tarde de “*monólogo infinito*” (2011, p. 251) – um fluxo contínuo de sentimentos pessoais, narrativas várias, sustos de consciência e inquietações. Novamente, não seria errado dizer que esta forma recorda estratégias joycianas, mas devemos entendê-la como um

requisito da própria matéria periférica: Riobaldo é um personagem subjetivamente cindido entre o padrinho fazendeiro e a mãe pobre, entre a humildade provinciana e os sonhos de ascensão, entre a cordialidade e a vida bárbara, entre o cristianismo e a maldade mefistofélica, entre a rispidez jagunça e o amor por Diadorim. Enfim, entre o que entende por bem e por mal, que se lhe apresentam como a natureza dual da vida no sertão¹⁴. Reposto na forma de um narrador externo e onisciente, todo esse enorme conflito - que bebe, enquanto projeção psicológica, em aspectos inerentes à realidade brasileira - se perderia por completo. Simplesmente não é possível figurar um objeto a tal ponto tormentoso com uma perspectiva unívoca.

O mesmo se aplica a Pedro Páramo. Também o terratenente se bifurca entre a frieza sanguinolenta com que toca seus negócios e o amor honesto que sente por Susana. Além disso, o vasto mosaico humano que compõe Comala é apenas apreensível pelo fracionamento da narrativa, que dá voz ao atormentado Juan Preciado, à transtornada mulher do patriarca, ao próprio Pedro e ao Padre Rentería, além de mobilizar um narrador em terceira pessoa. O ponto de vista, ao se multiplicar em diferentes prismas, perde em descrição analítica, mas ganha em capacidade de sondagem, figurando o impacto da dependência na subjetividade de tipos diversos, formalizando também a convulsão dessa sociedade estilhaçada¹⁵.

Seria o caso, em suma, de observar que os romances ultrapassam seus próprios contextos históricos de desenvolvimento, atirando prolongamentos para a situação funesta que marcaria os anos 1970. Objetos literários que, por essas vias, permanecem contemporâneos em

¹⁴ Antonio Candido discute fartamente essa estrutura de reviravoltas e contrários que permeia o romance no ensaio "O homem dos avessos" (CANDIDO, 2017, pp.119-129).

¹⁵ Diria Davi Arrigucci, em "Juan Rulfo: Pedra e Silêncio" [1986]: "Armado com a nova técnica, que ele, por sua vez, reelabora num sentido pessoal e com grande originalidade, Rulfo transforma radicalmente a herança realista recebida da tradição no sentido de uma espécie de realismo de essência, que se distancia, pela visão interna e subjetiva, dos dados objetivos da realidade empírica, para sondar um real mais fundo, sob a face de um mundo fantasmagórico e desolado, onde eram homens desgarrados de si mesmos e dos demais" (ARRIGUCCI, 1987, p. 171).

suas “*consciências catastróficas*”¹⁶, responsáveis pelo acabamento de vanguarda cuja atualidade não é menor.

4. Referências

ARRIGUCCI, Davi. “Juan Rulfo: Pedra e Silêncio”. In: **Enigma e Comentário: Ensaaios Sobre Literatura e Experiência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 [1986].

ARRIGUCCI, Davi. “O Mundo Misturado: Romance e Experiência em Guimarães Rosa”. In: **Novos Estudos CEBRAP**. N° 40. São Paulo: Novembro, 1994. Disponível em: <http://novosestudos.com.br/?s=o+mundo+misturado#59154c7296baa>.

Acesso em: 18 fev. 2021.

BENJAMIN, Walter. “Alguns temas em Baudelaire”. In: **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. Volume III. 8ª Edição. Tradução: José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2012 [1969].

BOLLE, Willi. **GrandeSertão.br**. São Paulo: Editora 34, 2004.

CAMPOS, Augusto de. “Um Lance de 'Dês' do Grande Sertão”. In: **Poesia Antipoesia - Antropofagia e Cia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015 [1959].

CANDIDO, Antonio. “Jagunços Mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa”. In: **Vários Escritos**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2017 [1966].

CANDIDO, Antonio. **A Educação Pela Noite**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011 [1970].

¹⁶ O termo é de Antonio Candido que, no texto “Literatura e Subdesenvolvimento” se refere a uma “consciência catastrófica do atraso” na narrativa latino-americana dos anos 1960 (2011, p. 172).

CANDIDO, Antonio. “O homem dos Aessos”. In: **Tese e Antítese**. 3ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983 [1957], pp.119-129.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 5ª Edição. São Paulo: Global Editora, 2008 [1968].

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. São Paulo: Contraponto, 2009 [1961].

GUTIÉRREZ VEGA, Hugo. “Las palabras, los murmullos, el silencio”. **Cuadernos Hispanoamericanos**. n. 421-423, p.75-82, jul/set. 1985. Disponível em:

<http://www.cervantesvirtual.com/downloadPdf/las-palabras-los-murmullos-e-l-silencio/> Acesso: em 30 março 2021.

KNIGHT, ALAN. “México, c. 1930-1946, 2015”. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. Volume IX. São Paulo: EDUSP, 2015.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Tradução: Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

RULFO, Juan. **Pedro Páramo y El Llano en Llamas**. 2ª Edição. Buenos Aires: Talleres Gráficos, 1991.

SCHWARZ, Roberto. “Grande Sertão: a Fala”. In: **A Sereia e o Desconfiado**. São Paulo: Paz e Terra, 1981 [1965].